8 de março 2015

notícias

ESPECIAL MÊS DA MULHER

FETEC BANCÁRIOS CUT SP 25 ANOS

IGUALDADE, AUTONOMIA E LIBERDADE PARA AS MULHERES

Todos os anos, o Dia Internacional das Mulheres, comemorado em 08 de março, suscita ações que se estendem por todo o mês.

A partir do resgate das lutas, faz-se balanço das conquistas e projetam-se os desafios futuros para se avançar na igualdade de gênero.

A data, neste ano, remete a reflexões para uma luta ainda maior no Brasil: Defender e fortalecer a democracia, prosseguir com os avanços sociais conquistados no país nos últimos 12 anos, quando 36 milhões saíram da extrema pobreza.

Sendo metade da população no país, as mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho e ocupando espaço na política nacional. São protagonistas no desenvolvimento da sociedade, ainda que muitas mulheres sejam chefes de família e grande parte se veja sobrecarregada pelo acúmulo de funções. Avançar na igualdade de gênero significa avançar na consolidação de um Brasil justo e igualitário.

"No Brasil, para que não haja retrocessos e sim a garantia de continuidade dos avanços sociais, são necessárias mudanças estruturais: reforma política, democratização dos meios de comunicação para que o Brasil se consolide como uma república democrática", afirma Luiz César de Freitas, o Alemão, presidente da FETEC-CUT/SP.

Democratizar os meios de comunicação é fundamental para o avanço da Nação. Atualmente a mídia nacional, formadora de opinião, está concentrada em um setor que não representa a sociedade como um todo, o que compromete a imparcialidade e a transparência. A Constituição Federal garante a pluralidade da participação nesses meios, mas ainda requer regulamentação. Passo essencial para dar um basta aos preconceitos, às discriminações e aos estereótipos distorcidos que são propagados sobre diversos segmentos da sociedade.

"A democratização da mídia contribui para o empoderamento feminino e o desenvolvimento de autonomia e liberdade às mulheres como, por exemplo, o respeito à sua sexualidade e o combate à violência doméstica", ressalta Crislaine Bertazzi, diretora de Políticas Sociais da FETEC-CUT/SP. "Para enfrentar a cultura machista, é necessário que mulheres e homens façam juntos as mudanças necessárias em nosso país", defende a dirigente.

Por uma nova democracia sindical

Durante o mês de março, as trabalhadoras realizam eventos e encontros para marcar o Dia Internacional da Mulher.

Dentre as atividades estão previstos os Encontros da Mulher Trabalhadora, com o objetivo de debater a pauta das mulheres a ser levada à presidenta Dilma Rousseff, cobrando medidas que reduzam a desigualdade e as dificuldades no mercado de trabalho.

Logo no início do mês, sob a organização da CUT/SP, haverá o 8º Encontro Estadual, nos dias 8 e 9, quando será realizado também o ato unificado do Dia Internacional das Mulheres.

Posteriormente, os participantes integrarão o 8º Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, que será de 27 a 29 de março, em Brasília (DF), com representantes de todo o país.

A expectativa é fortalecer a unidade da classe trabalhadora, de maneira a resultar em ações efetivas por igualdade, autonomia e liberdade para as mulheres. A CUT defende a participação feminina em todas as instâncias de poder, inclusive no meio sindical.

O 11º CONCUT (Congresso Nacional da CUT) aprovou a paridade entre homens e mulheres nas instâncias de direção.

O novo formato já vale para os congressos da CUT a partir deste ano.

MULHERES NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

São alarmantes os dados sobre a violência contra a mulher. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2011, mais de 70% das mulheres em todo o mundo sofreram algum tipo de violência de gênero ao longo da vida. Além disso, mulheres com idade entre 15 e 44 anos apresentaram maior risco de sofrer violência sexual e doméstica do que de serem vítimas de câncer, acidentes de carro ou malária.

No Brasil, dados apresentados, em 2013, pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, apontavam que a cada 12 segundos uma mulher é vítima de violência.

Fatos como esses reforçam a importância de investimentos no enfrentamento da violência contra as mulheres.

Em nosso país, as mulheres vítimas de violência têm uma importante ferramenta de denúncias, o Disque 180. Criado em 2005 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o instrumento é um canal direto para denúncias e orientações sobre direitos e serviços públicos.

Desde 2014, as denúncias são encaminhadas para a Segurança Pública com cópia para o Ministério Público de cada estado. De sua criação até o fim de 2014, o Disque 180 realizou 4,1 milhões de atendimentos. É importante frisar que a ligação é gratuita de qualquer cidade do Brasil e funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana. Além disso, é garantido o anonimato do denunciante.

Outra ferramenta é a Lei Maria da Penha, que entrou em vigor em setembro de 2006, ampliou o rigor das punições de agressores de companheiras e ex-companheiras, com o intuito de coibir a violência doméstica.

"É preciso que as mulheres entendam quando estão sendo vítimas de violência dentro e fora de casa, seja ela física ou psíquica e não achar que o constrangimento é algo normal", destaca Crislaine Bertazzi, secretária de Políticas Sociais da FETEC-CUT/SP.

Outra iniciativa de enfrentamento do governo federal é o Programa Mulher Viver sem Violência. Lançado em 2013 com o de objetivo de integrar e ampliar os serviços públicos voltados às mulheres em situação de violência, o programa teve a primeira unidade da Casa da Mulher Brasileira inaugurada no início de fevereiro em Campo Grande (MS).

O programa oferece atendimento integrado e humanizado, com equipe psicossocial, delegacia, juizado, defensoria e promotoria, com a capacidade de atender de 200 a 250 mulheres diariamente.

Com financiamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), até o final deste ano serão inauguradas mais 11 Casas (Brasília, Curitiba, São Luís, Boa Vista, Fortaleza, Salvador, Vitória, São Paulo, Rio Branco, Palmas e Maceió) e ao término de 2016 a meta é que esteja em funcionamento um total de 25 Casas pelo Brasil.

Bancárias na luta pela igualdade

Pioneiras de importantes conquistas históricas, as bancárias foram as primeiras a alcançar a ampliação da licença-maternidade de 120 para 180 dias.

Na Campanha Nacional de 2012, os bancários garantiram a realização do II Censo da Diversidade. Organizada em conjunto entre representantes dos trabalhadores e dos bancos, a pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2014.

Com ampla participação da categoria, mas com divulgação restrita das informações por parte dos bancos, o II Censo permitiu constatar que as mulheres apresentam maior escolaridade em comparação aos homens nos bancos. No I Censo, realizado em 2008, 71,2% das bancárias tinham curso superior completo e acima. No último levantamento, as bancárias com essa formação subiram para 82,5%. No caso dos homens, esse aumento foi de 64,4% para 76,9%.

Apesar de investirem mais nos estudos, as mulheres continuam recebendo salários menores. Nos seis anos que separam os dois censos, a diferença entre o rendimento médio das mulheres e dos homens caiu somente 1,5%. O rendimento médio mensal delas em relação ao deles era de 76,4% em 2008 e agora é de 77,9%.

"As bancárias lutam para acabar com essa desigualdade. Queremos a negociação de Planos de Cargos e Salários, para que todos tenham as mesmas chances de ascensão profissional", afirma Aline Molina, diretora de Finanças da FETEC-CUT/SP.

Feminicídio agora é crime hediondo

A Câmara aprovou dia 3 de março o projeto de lei do Senado que classifica o feminicídio como crime hediondo e o inclui como homicídio qualificado. O texto modifica o Código Penal para incluir o crime - assassinato de mulher por razões de gênero - entre os tipos de homicídio qualificado. O projeto vai agora à sanção presidencial.

A aprovação do projeto era uma reivindicação da bancada feminina e ocorre na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher (8 de março).

A proposta aprovada estabelece que existem razões de gênero quando o crime envolver violência doméstica e familiar, ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher.

Publicação de responsabilidade da FETEC-CUT/SP - Federação dos Bancários da CUT • Presidente: Luiz César de Freitas (Alemão) • Secretário Geral: Roberto Rodrigues • Diretora de Administração e Finanças: Aline Molina • Diretora de Imprensa e Comunicação: Jackeline Machado • Diretora de Políticas Sociais: Crislaine Bertazzi • Jornalistas: Juliana Satie (MTb 39.567/SP) e Lucimar Cruz Beraldo (MTb 20.642/SP) • Projeto gráfico: Tadeu Araujo Pça da República, 468 - 3º andar • CEP 01045-000 - Centro - São Paulo/SP • Tel. (11) 3361-4419 • Fax 3337-6822 • e-mail: sgeral@fetecsp.org.br • site: www.fetecsp.org.br.